

# CORAÇÃO DE ESTUDANTE: ESPERANÇA E REALIDADE NA PERSPECTIVA DO ALUNADO DA UFF

Joaci Pereira Furtado  
Rosane Barbosa Marendino  
Luiz Cláudio Barros Raposo  
Jhonathan Soares dos Santos Souza<sup>1</sup>

## Resumo

Com a pandemia de Covid-19, as instituições educacionais precisaram buscar soluções para dar prosseguimento às atividades educativas. A Universidade Federal Fluminense se serviu de um edital para convidar seu corpo docente a apresentar projetos que investigassem a situação. O artigo destaca uma pesquisa que respondeu a esse edital e que propõe investigações no contexto das “leituras de mundo” (Paulo Freire) do alunado da UFF.

Pandemia – Ensino Superior – Práticas culturais

### *Sempre em crise: porque entender corações e mentes da universidade*

A pandemia de covid-19 precipitou sempre adiada percepção do quanto a universidade é socialmente importante não só como instituição de pesquisas farmacológicas, epidemiológicas, de saúde coletiva e prestadora de serviços médico-hospitalares. As urgências da situação apenas expuseram a relevância e a precarização sobretudo das universidades públicas federais, cujos orçamentos, após notável ascenso entre 2009 e 2011, vêm dramática e sistematicamente decaindo, numa evidência de que falta qualquer projeto de autonomia técnico-científica e intelectual para o país (e, se o há, a universidade não o protagoniza).<sup>1</sup>

Parece-nos indispensável, pois, pensar o “antigo normal” que agora vai cedendo ao aparente consenso acerca de suposto “novo normal” já instaurado ou prestes a se consolidar. Em termos bem diretos: a universidade estaria tão

---

<sup>1</sup> Ver, a respeito, documento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior sobre financiamento das universidades federais, especialmente o gráfico 2 (sobre o período de 2003 a 2017), disponível em [imp-doc-1263421463.pdf \(andes.org.br\)](https://imp-doc-1263421463.pdf) (acesso em 05 abr. 2021).

bem assim, até meados de março de 2020, que caberia aspirar ao regresso àquela normalidade? Estávamos todos(as) – estudantes, professores(as) e funcionários(as) – satisfeitos(as) com a universidade em que atuávamos até então?

Creemos que é a partir da revisão da instituição – isto é, de suas práticas, de seus vícios, de suas falhas, de suas contradições políticas, administrativas e sobretudo didático-pedagógicas – que chegaremos a soluções amadurecidas e realmente inovadoras, adequadas ao contexto de – ao que tudo indica – intermitências pandêmicas, mas não só: estamos também diante da configuração de nova subjetividade, que exige das instituições de ensino superior mais que sua adequação à exuberância da tecnologia da informação e à eficiência produtiva. Digamos com todas as letras: vivemos numa sociedade – sociedade, mais que numa economia – de mercado, e de um mercado neoliberal. O neoliberalismo é também e necessariamente uma forma de ser, permeando nossas subjetividades, conforme demonstram os sociólogos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 187-376). Lembramos ainda as reflexões a respeito reunidas na coletânea *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, organizada por Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior e Christian Dunker (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2020), além do estudo de Paula Sibilia sobre o individualismo espetacularizado e monetizado em *O show do eu: a intimidade como espetáculo* (SIBILIA, 2016).

O debate vem se concentrando na oposição entre o retorno às aulas presenciais e a implantação das virtuais. É certo que a universidade pública não pode restar inerte quanto à adaptação de suas atividades pedagógicas durante a pandemia. Mas é certo também que a instituição deve convocar o conjunto de seus segmentos ao dever da discussão não só desses recursos emergenciais e paliativos, mas sobretudo de como ela se vê no cenário pós-covid, que certamente implicará em mudanças definitivas.

Mesmo que as vacinas possibilitem, a médio prazo, o fim do distanciamento físico, a universidade já estava defasada antes da pandemia. Insistimos em métodos didáticos e de avaliação envelhecidos, frequentemente marcados por viés adestrador e punitivo, e prosseguimos com uma rigidez

curricular que torna nossas graduações, na maioria das vezes, desestimulantes. Há décadas elas capitularam diante das injunções do mercado de trabalho e da potencialização da rentabilidade do capital, mais treinando mão de obra especializada do que formando “cidadãos(ãs) críticos(as)”, como dizem os discursos institucionais. Naturalizamos a centralidade da pós-graduação, que acaba ordenando a lógica acadêmica desde o ingresso do(a) graduando(a) – lógica subjetivamente introjetada e institucionalmente estimulada como projeto empresarial de si mesmo, traduzido na construção do currículo Lattes e da crença no “mérito” (palavra no mínimo discutível num país com desigualdades sociais agora escancaradas pela pandemia).<sup>2</sup>

Pensar a universidade pós-covid, pois, pode começar por definir sinceramente que profissionais queremos formar, inclusive conceituando “formação”. Novamente em termos diretos: por mais que propale palavras de ordem em defesa de valores disso que chamamos de “democracia” (com todos os seus efeitos colaterais em termos de solidariedade difusa, tolerância e afeição pela pluralidade), em sua prática cotidiana eles devem estar ausentes. E democracia não é um regime, mas uma formação social – isto é, um modo de ser de determinada sociedade, como ensina Marilena Chauino ensaio “Cultura popular e autoritarismo”(CHAUI, 2014, p. 257-286).

Assim, acreditamos que formar alguém, sobretudo numa universidade pública, é tornar essa pessoa antes e acima de tudo democrática não apenas na radicalidade do fácil discurso militante, muitas vezes superficial, mas na efetividade da prática. Esse “élan relacional entre humanização e educação” (FREIRE, 1997) não é dádiva de docentes iluminados, heroicamente rompendo

---

<sup>2</sup>A universidade do futuro, descrita por Jamil Salmi – ex-coordenador dos programas de educação superior do Banco Mundial –, apresenta elementos reconhecíveis na situação que vivenciamos antes e sob a pandemia. Para que ela exista tal como ele a descreve, fundamentando-se não em mera especulação futuroológica, mas no testemunho de uma “revolução” em curso, pressupõe-se o ensino superior privatizado ou, se público, com financiamento estatal de apenas 10% e gerido por uma razão econômica “de mercado”. A universidade prevista por Salmi será de frequência obrigatória para todos(as): a de elite, com cinco a dez alunos, e a de massa, com 160 mil estudantes simultâneos(as) por aula. Palestras acadêmicas não durarão mais que dez minutos. Kindle e iPad serão distribuídos gratuitamente, bolsas de estudos serão leiloadas no eBay e o alunado, recrutado via MySpace ou Facebook. Exames serão feitos via Internet aberta e diplomas valerão por cinco anos, sendo a universidade obrigada a reembolsar o(a) egresso(a) que não se empregar em até seis meses. O salário médio anual dos reitores chegará a um milhão de dólares, conforme o *ranking* da universidade. E o MBA terá menos valor que o MFA (*master in fine arts*, ou mestre em belas-artes), “porque a criatividade e o planejamento serão muito importantes” (SALMI, 2014, p. 47-48).

os constrangimentos da instituição, mas é decisão convicta e organizada – e não nominalmente programática – da universidade como um todo. Isto é, os três segmentos que a compõem têm que estar mesmo cientes e convencidos do que estão falando, quando dizem preparar profissionais ou futuros(as) estudiosos(as) comprometidos(as) com os valores que a instituição diz prezar.

Até aqui, nenhuma novidade. E essa é a novidade. Porque se escrevemos o que escrevemos até aqui é porque, no cotidiano de nossa atuação docente, notamos distâncias abissais entre o que se diz e o que se faz e a reflexão deixa de ser um “instrumento dinamizador entre teoria e prática” (FREIRE, 2001, p. 39). Outra vez recorremos a palavras bem explícitas: alunos(as) desanimados(as), divididos(as) entre a sobrevivência e os estudos, sem vida universitária além das aulas, individualistas, infantilizados(as) por sistemas de avaliação arcaicos, semestralmente saturados(as) de “conteúdos” em disciplinas panorâmicas que fragmentam o conhecimento em hiperespecialidades – replicando ou até acentuando vícios dos ensinamentos fundamental e médio, estes mesmos cujos(as) docentes são formados(as) pela própria universidade.<sup>3</sup>

A universidade – seja ela qual for – não terá lugar no futuro próximo, a não ser como adestradora de mão de obra especializada ou de “empreendedores(as)”, se efetivamente não for capaz de se reinventar. E se reinventar radicalmente. Talvez ela tenha perdido oportunidade ímpar de fazê-lo por alienar-se em sua própria lógica burocrática, com seus prazos, compromissos orçamentários, prestações de conta, pressões de formandos(as) apressados(as) em ingressar num mercado de trabalho cada vez mais inseguro e precarizado (ver, a respeito, *O privilégio da servidão*, de Ricardo Antunes) ou na pós-graduação, já formatada em seu modelo neoliberal de empreendedorismo acadêmico. A obsessão com o calendário é a prova de que não se quer pensar. Ou então do desinteresse pelo que verdadeiramente importa, porque talvez estejamos impelidos, pelos mecanismos da própria

---

<sup>3</sup> Em entrevista ao *Jornal da USP*, em maio de 2020, o epidemiologista Naomar de Almeida Filho, ex-reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia, afirma que “a escola vai disciplinando essa forma [compartimentalizada] de aprender e os alunos chegam no ensino médio presos, como ele diz, ‘em uma caixinha’. ‘Quando entram na universidade, eles estão ainda mais dentro dessas caixas e eu imagino que a educação desencoraja, de uma forma bem eficiente, a compreensão do mundo’, explica o novo titular da Cátedra de Educação Básica do IEA”. Disponível em [Universidades precisam formar educadores que sejam interdisciplinares – Jornal da USP](#) (acesso em 05 abr. 2021).

instituição que introjetam o produtivismo como uma questão moral – ou, de forma mais rasteira, moralista –, pela culpa de nos provarmos produtivos a todo custo,<sup>4</sup> em meio à pior crise econômica desde 1929 e à campanha sistemática contra os “privilégios” do funcionalismo público, o eterno bode expiatório das crises orçamentárias e reformas administrativas.

Para anularmos o efeito paralisante dessas constatações, decidimos fazer o que se espera de estudiosos: estudamos. E estudar, aqui, significou primeiramente levantar indicadores objetivos das condições de vida e da subjetividade do estudantado da Universidade Federal Fluminense. Acreditamos ser impossível mudar a universidade, ou mesmo gerenciá-la tal como está, se não a entendermos profundamente em toda a sua complexa diversidade, a começar por seu segmento mais numeroso e dinâmico. É o que explicaremos a seguir.

### *Quem é você?*

Com a pandemia de covid-19, todo o sistema educacional do país foi posto em xeque, assim como no restante do mundo. As restrições sanitárias, adotadas no Brasil a partir de meados de março de 2020, forçaram todas as instituições de ensino a cerrarem as portas, enquanto buscavam soluções para prosseguir com suas atividades educativas. A virtualização da aprendizagem – ou o “ensino remoto”, conforme o termo que se tornou mais usual e tecnicamente correto –, apresentou-se como a principal, se não a única, forma de viabilizar o funcionamento das escolas, faculdades e universidades públicas e privadas. Não sem críticas bem fundamentadas às limitações impostas pela redução das atividades de ensino e aprendizagem aos recursos oferecidos pelas plataformas digitais desenhadas especialmente para esse fim.

Na Universidade Federal Fluminense, uma das maiores do Brasil, não foi diferente. Assim como também ela não deve ter sido a única a estimular sua

---

<sup>4</sup>“Essa busca de materialidade, visibilidade, concretude, para um trabalho imaterial pode explicar, na dimensão subjetiva, a excessiva preocupação com a quantidade de publicações passível de ser registrada no currículo acadêmico e de ser confirmada nos *sites* de revistas científicas ou nas prateleiras das livrarias e das bibliotecas. Entretanto, é preciso considerar a dimensão objetiva do problema, que já parece naturalizada entre os docentes: essa produtividade científica segue políticas de metas criadas por instituições que financiam e/ou controlam parte do trabalho acadêmico. Ambas as dimensões se imbricam e parecem confundir os próprios docentes, que já não têm clareza suficiente de porque, de fato, precisam publicar seus trabalhos. É possível deduzir que se trata de um processo no qual a ideologia adquire validade psicológica [...]” (BORSOI, 2012, p. 99).

comunidade a encontrar respostas para as questões que a calamidade pandêmica gerou e continua gerando – e certamente prosseguirá provocando ao longo dos próximos anos, dados os desdobramentos socioeconômicos, políticos, psicológicos e culturais que com certeza decorrerão dessa crise sanitária, quiçá com o risco de se sobrepor a outras pandemias ainda por vir.

A UFF se serviu de um edital para convidar seu corpo docente a apresentar projetos de pesquisa que, de algum modo, investigassem a situação da universidade diante desse quadro. Nós apresentamos um, com o objetivo de perscrutar o perfil socioeconômico e cultural do estudantado da graduação presencial da Universidade Federal Fluminense no contexto da pandemia de covid-19, mas numa perspectiva que a excedesse. Interessava-nos, em especial, as práticas de letramento (leitura e seus suportes, frequência à rede de bibliotecas da UFF, distribuição do tempo para a leitura acadêmica e recreativa, obras preferidas ou mais lidas, tempo dedicado ao estudo extraclasse e o uso dos dispositivos eletrônicos) e de cultura (frequência a equipamentos culturais, colecionismo, atividades artesanais e/ou artísticas e práticas esportivas, uso recreativo de dispositivos eletrônicos). Essa iniciativa somou-se a outra, precedente, que em 2017 havia recolhido dados a respeito desses mesmos aspectos, variando apenas em detalhes no instrumento de coleta [REFERÊNCIA OMITIDA PARA PRESERVAR O ANONIMATO].

O conceito de “leitura de mundo”, na concepção que Paulo Freire apresenta, foi uma fundamentação necessária e permeou o espírito da pesquisa desde a concepção do instrumento até as análises finais dos registros. Segundo Freire (1988), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Com essa afirmação, o autor revela que o mundo que se movimenta para o sujeito em seu contexto é resultado da percepção de uma série de coisas, de objetos, de sinais, de atos, de pensamentos, de culturas, cuja compreensão acontece por meio da relação com o concreto, com si mesmo e com seus pares.

Sendo assim, o instrumento criado para a pesquisa foi um formulário eletrônico contendo 93 perguntas ou listas de opções, todas objetivas, sobre os mais diversos aspectos da vida do/da estudante, naquilo que poderia interessar à UFF no planejamento de suas ações no delongado período de distanciamento físico determinado pelas autoridades sanitárias. Período cujo

fim parece nebuloso, uma vez que o presente artigo está sendo escrito no momento mais agudo da pandemia no Brasil, quando a média diária de mortos atinge três mil pessoas, o total oficial de vítimas ultrapassa trezentas mil e a imunização avança lentamente, favorecendo a multiplicação de variantes do coronavírus.

Além do planejamento imediato, entretanto, acreditamos que nossa pesquisa poderia contribuir para uma percepção mais precisa e complexa do estudantado uffiano, combatendo preconceitos ou parcialidades que empobrecem o entendimento de uma instituição extremamente complexa e de dimensões monumentais – e cuja relevância para o país é traduzida em números impressionantes, como aqueles da produção acadêmica e dos serviços prestados por essa que foi a universidade pública federal que mais cresceu, no século XXI.

Para estimular os/as alunos(as) a preencherem o formulário anônimo, recorreremos, por meio de dois bolsistas do projeto, a campanhas em comunidades específicas no Facebook e a e-mails às coordenações de curso – que, por sua vez, remeteram o convite aos seus respectivos corpos discentes. Este último expediente foi decisivo para que alcançássemos margens estatisticamente seguras para a amostra que pretendíamos recolher. Assim, de 27 de agosto a 30 de novembro de 2020, 1.694 dos/das 40.599 estudantes matriculados(as) no ensino presencial da UFF preencheram o formulário eletrônico disponibilizado via Google. Desse contingente, 1.061 cursavam a área de Humanas (o que inclui artes e ciências sociais aplicadas), 454 estudavam na de Exatas (o que inclui as chamadas “ciências da terra”) e 179 eram das Biológicas (o que inclui as ciências da saúde). A amostra atingiu 55,73% dos 76 cursos de graduação presencial oferecidos pela Universidade Federal Fluminense.

Em termos estatísticos, esses números significam 95% de confiabilidade da enquete, 2,33% de margem de erro e 4,17% do total de alunos(as) matriculados(as) na graduação presencial no primeiro semestre letivo de 2020 (que se efetivou, remotamente, no segundo semestre do calendário, conforme as deliberações da UFF). Além disso, os dados de 2020 podem ser comparados com os de 2017, igualmente disponíveis e parcialmente já divulgados. É no cruzamento potencialmente infinito desses dados, tanto das

duas pesquisas quanto no interior de cada uma delas, que se chegará às percepções complexas e profundas a que nos referimos acima. Em outros termos, cruzando as respostas às várias perguntas, é possível precisar certos aspectos do perfil do estudentado e da vida universitária do corpo discente da Universidade Federal Fluminense, talvez contribuindo para o delineamento do impacto da universidade pública na sociedade brasileira muito além dos números estritamente socioeconômicos. Acreditamos que nossas amostras – a de 2017 e a de 2020 – contenham revelações que somente a relação entre dados e a análise dela por especialistas possam trazer à luz. O objetivo do presente artigo é apresentar uma seleção dos resultados relativos especificamente às expectativas dos(as) alunos(as) em relação à universidade e à graduação.

*Uma universidade feminina, laica, heterossexual, entre a média e a baixa renda e (ainda) branca*

Antes de apresentarmos e analisarmos o levantamento estatístico relativo às expectativas dos(as) estudantes, cerne deste artigo, parece-nos indispensável atentar para algumas categorias socioeconômicas do perfil dos estudantes da Universidade Federal Fluminense.

Quando instados(as) a declarar o gênero, 69,2% responderam “feminino”. A soma dos(as) que não se identificam como homens cisgênero (1,6% de transgêneros homens, transgêneros mulheres e “outro”) eleva esse total para 70,8% de respondentes. O gênero masculino, pois, perfaz a minoria dos(as) estudantes da UFF, com seus 29,2%. Sete alunos(as) não responderam. Essa feminilização do corpo discente uffiano, que não é um fenômeno isolado, embora relativamente recente, pede um exame detido de suas inúmeras implicações numa sociedade como a brasileira, vincada pelo machismo estrutural e estruturante. As próprias práticas de letramento estão vinculadas ao gênero, como lembra Michèle Petit em *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva* na maioria dos países do mundo, escreve a antropóloga francesa, frequentemente as mulheres atuam como mediadoras culturais, “elas devolvem muito do que adquiriram sustentando sua família, ajudando as crianças, desenvolvendo trocas, vínculos sociais, fornecendo suas forças e seus conhecimentos à vida associativa” (PETIT, 2013, p. 183). Essa



constatação de Petit se aplicaria às estudantes da UFF? Elas já são ou serão mediadoras da leitura e do letramento?

Numa iniciativa inédita, ao menos no âmbito dessa universidade, investigamos também a orientação sexual de sua população estudantil. Embora os(as) autodeclarados(as) heterossexuais sejam evidente maioria (66%), temos 22% de bissexuais. Número expressivo, quando somado aos(às) 8,6% de homossexuais e aos 3,5% de outra orientação não captada pelo formulário, denotando a consolidação de comportamentos sexuais não convencionais ou socialmente não hegemônicos entre a população universitária. Ou seja, significativos 34% dos(as) estudantes da UFF se percebem fora da heteronormatividade. Somado à hegemonia do gênero feminino, quais as consequências desse dado nas relações didático-pedagógicas universitárias?

A resposta a essa pergunta pode começar atentado para um traço igualmente determinante do perfil socioeconômico dos/das estudantes dessa universidade: 53,19% dos pais (ou responsáveis) dos(as) alunos(as) têm renda total de até quatro salários-mínimos mensais. Note-se, porém, o expressivo percentual de famílias com renda de até dois salários: 30,93%. Ou seja, quase 54% do corpo discente da UFF situa-se nas classes C, D e E, conforme a classificação da faixa de renda familiar do IBGE. O contingente de pais (ou responsáveis) com renda igual ou superior a dez salários corresponde a apenas 9,86% do total de alunos(as). Esses percentuais são agravados, considerando as faixas de renda majoritárias, pelo número de dependentes dessa renda: o maior contingente concentra-se entre três e quatro pessoas (58,38%) (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2005).

Assim, além de hegemonicamente feminina, a maioria do público estudantil da UFF é hoje recrutada em níveis medianos e baixos de renda, com ínfima presença mesmo da chamada “alta classe média” entre seus/suas alunos(as). Esses números evidenciam que ao menos a Universidade Federal Fluminense deixou de ser reduto exclusivo ou majoritário da classe média tradicional ou da elite econômica. Com certeza isso é consequência das políticas inclusivas implementadas ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, mas resta indagar se o estudantado oriundo de famílias com alta renda concentra-se em cursos de maior prestígio social e remuneração

(cabendo checar aí também o recorte de gênero), numa espécie de exclusão dentro da inclusão. Essa constatação coloca um desafio crucial: a universidade foi pensada por e projetada para classes sociais que já não são mais hegemônicas dentro dela. Se ampliamos o conceito de “classe” para além do que se restringe à renda, esse desafio cresce em complexidade. Como pensar, por exemplo, o letramento acadêmico, tão caro à classe média como índice de distinção, no contexto de famílias nas quais ele nunca foi uma possibilidade ou um valor? A universidade pública brasileira, e a UFF em particular, está pronta para lidar com o universo cultural dessas classes sociais novas em sua comunidade? Ela está preparada, por exemplo, para lidar com um contingente cada vez maior de estudantes que trabalham? Em nossa pesquisa verificamos que, na UFF, 53,9% dos(as) estudantes da graduação presencial exercem alguma atividade remunerada – seja trabalho (formal ou informal, 22,55%), estágio (15,41%), iniciação científica ou monitoria (15,94%). É certo, entretanto, que, das atividades remuneradas que ocupam essa fração do estudantado, 31,35% são de natureza acadêmica (IC ou monitoria).

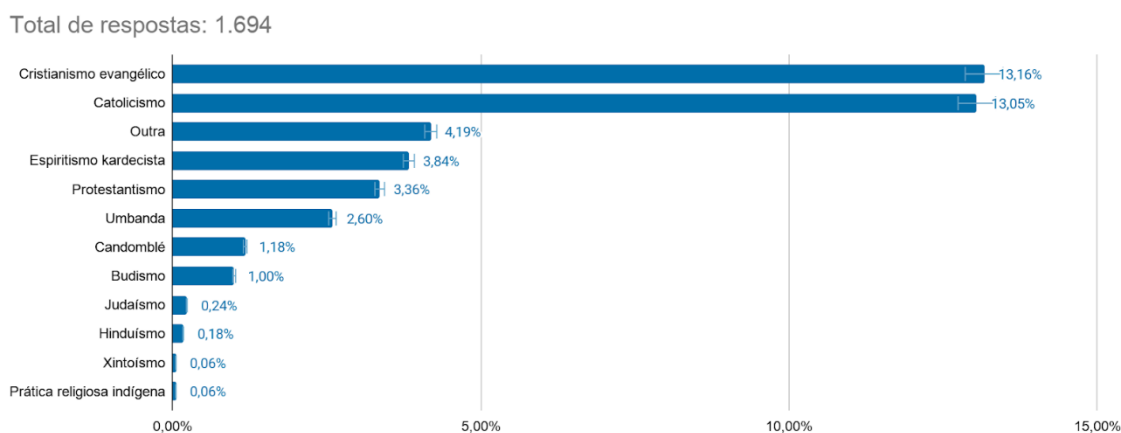
O terceiro aspecto, interrelacionado aos dois anteriores, diz respeito à cor da pele ou etnia – reconhecidos fatores de segregação, num país racista como o Brasil. Os(As) brancos(as) preponderam, com 57,85%, enquanto que os(as) autodeclarados pardos(as) e pretos(as) somam 40,32% dos(as) estudantes da UFF. Os(As) não brancos(as) da graduação presencial, incluindo amarelos e indígenas, totalizam 42,15%. Embora em sua maioria ainda branca – em oposição ao conjunto da população brasileira, majoritariamente negra ou parda –, a população universitária uffiana apresenta considerável diversidade étnico-racial, cabendo, mais uma vez, investigar a distribuição dessa diversidade entre os cursos.

Numa incursão preliminar, verificamos que, entre as três graduações com o maior volume de respondentes, e, portanto, estatisticamente melhor representadas, as pessoas autodeclaradas negras ou pardas são majoritárias apenas em pedagogia (54%), o curso que mais respondeu ao nosso convite (153 formulários). Em biblioteconomia (100), segundo colocado em número de formulários preenchidos, elas somam 48%. E em nutrição (68), o terceiro, 38%.

Objetivamos também um dado de ordem subjetiva: religião. Nesse quesito, fizemos duas perguntas. Primeiro, indagamos se o/a respondente

“pratica alguma religião”. O contingente de pessoas sem religião, mas não ateias, é de 42,90%, entre os(as) alunos(as) da graduação presencial da UFF. Mas os(as) religiosos(as) praticantes são igualmente significativos(as), ainda que longe de majoritários(as): 39,10%. Ateus e ateias perfazem 17,90% da população estudantil dessa universidade. Somado ao primeiro grupo, o contingente de alunos(as) sem vínculo religioso é de 60,80%. Perguntamos, em seguida, as religiões dessa minoriapraticante. Entre os(as) praticantes, dadas as características culturais do Brasil, era de se esperar a prevalência das variantes do cristianismo. Assim, em relação ao total de estudantes que responderam à enquete, 13,16% dizem praticar o cristianismo evangélico, num empate com o catolicismo (13,05%). A terceira prática mais declarada é a do espiritismo kardecista (3,84%), que, entretanto, perde para “outra” (4,19%), embora esteja pouco acima do histórico protestantismo (3,36%). Duas das principais religiões de matriz africana (a umbanda e o candomblé) perfazem, juntas, 3,78% do total de estudantes.

Gráfico 1: práticas religiosas indicadas pelos(as) estudantes da UFF



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as)

Por fim, uma lupa no perfil laboral dos pais (ou responsáveis) dos/das alunos(as) uffianos encerra esta parte do presente artigo, explicando, em boa medida, a renda familiar. Há uma profusão de situações ocupacionais dos(as) principais responsáveis pelo sustento da família do(a) estudante da UFF. A categoria mais recorrente, a dos(as) servidores(as) públicos(as), é de 15,94% (ou de 25,44%, se computarmos os/as aposentados/as). Destaca-se, entretanto, o percentual de “autônomos(as)”, que em nosso formulário denomina trabalhadores(as) informais dos serviços (ambulante, diarista,

pedreiro/a, marceneiro/a, motorista ou motociclista de aplicativo etc.): eles/elas são o terceiro contingente, com 11,04%, em empate técnico com o de pais (ou responsáveis) que exercem função de nível médio em empresa privada ou pública (11,28%). Quase o quádruplo do percentual de profissionais liberais típicos da classe média (médico/a, dentista, advogado/a, arquiteto/a, engenheiro/a): 3,60%. A constatação não é trivial, pois ela está diretamente vinculada a um fator crucial para a percepção subjetiva da universidade pelos(as) estudantes: a escolaridade dos pais.

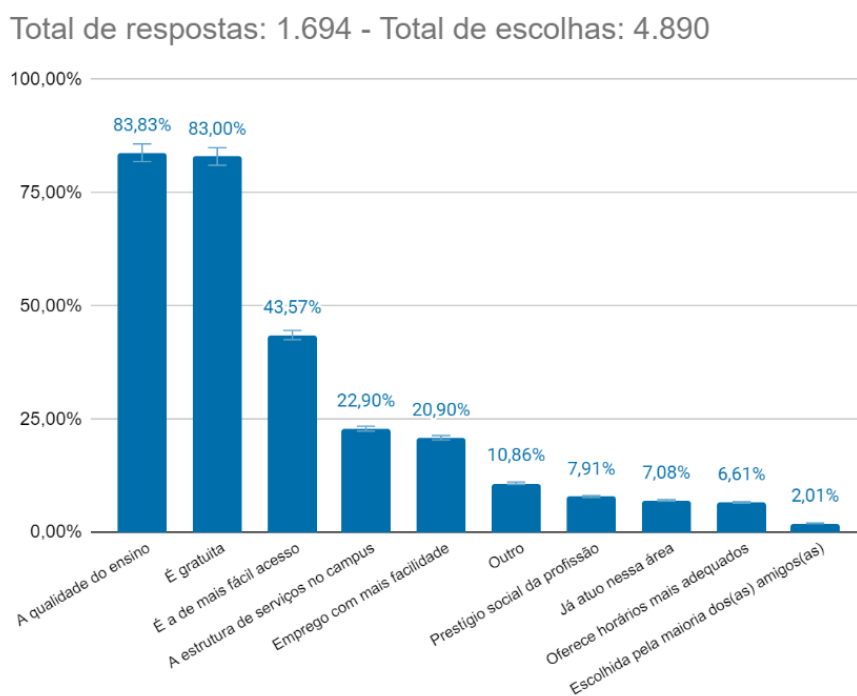
#### *Entre a (com)formação e a profissionalização*

Na comparação com os pais, as mães têm tempo de escolaridade superior ao dos homens. Elas são 30,11% com ensino médio completo e 23,14% com ensino superior completo, enquanto eles são, respectivamente, 28,63% e 19,60%. Note-se o percentual quase idêntico de mães (1,18%) e pais (1,12%) que não frequentaram a escola. As e os que não concluíram o ensino fundamental também apresentam percentual bastante próximo: respectivamente, 6,20% e 5,02%. Em resumo, 44,99% das mães de estudantes da UFF – incluindo as que cursaram, mas não concluíram a graduação e os diversos níveis de pós-graduação – tiveram alguma forma de experiência universitária ao longo da vida. Entre os pais, esse percentual é de 37,19% – diferença sensível em relação às mulheres. Isso significa que a maioria das mães (55,01%) e dos pais (62,81%) nunca experimentou essa vivência. A questão que levantamos aqui, quanto a esse particular que não é trivial, concerne ao impacto da escolaridade dos pais – e tudo que isso implica em termos de valorização do saber formal ou acadêmico – sobre ados(as) filhos(as). Estatisticamente, é sabido que o ingresso no ensino superior recebe o influxo decisivo sobretudo da escolaridade da mãe. Mas gostaríamos de avançar esse dado objetivo, atentando para as razões subjetivas que levam os(as) jovens a optarem pela universidade – e especificamente pela UFF.

Perguntados(as) sobre os motivos – elencados numa lista fechada em que o(a) entrevistado(a) poderia assinalar até três – que os(as) fizeram escolher essa universidade, dois se destacaram com notável distância em relação aos demais. Disparadas e tecnicamente empatadas, qualidade de ensino e gratuidade são as motivações mais recorrentes para a escolha da

UFF: 83,83% e 83%, respectivamente. O terceiro motivo mais votado, a acessibilidade física, é quase metade disso: 43,57%. Ou seja, o imperativo é aliar qualidade ao custo, com algum peso para a distância a percorrer e a facilidade com que se chega ao campus. Em quarto lugar, mas com folga significativa em relação ao motivo anterior, a infraestrutura da universidade foi, por pouco menos de  $\frac{1}{4}$  dos(as) entrevistados(as), indicada como decisiva para o(a) estudante escolher essa instituição de ensino superior (22,90%). Note-se a pouca relevância do “prestígio social da profissão” futura (7,91%).

Gráfico 2: principais motivos para o ingresso na



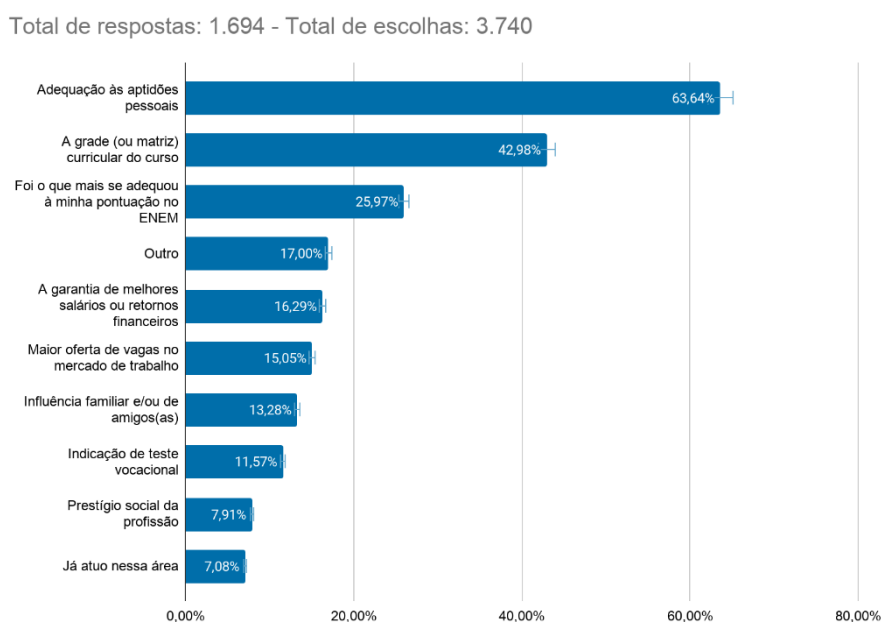
UFF

Fonte: pesquisa dos(as) autores(as).

Quanto ao curso escolhido, entre as opções oferecidas pela enquete (com possibilidade de assinalar até três), a “adequação às aptidões pessoais” foi a mais votada – 63,64% –, sugerindo que a maioria dos(as) graduandos(as) da UFF identifica-se com sua graduação. Em seguida, mas com folga distância, vem a grade (ou matriz) curricular do curso: 42,98%. O que indica certo divórcio entre expectativa e realidade. Em terceiro lugar, 25,97% alegaram que a escolha é a que a pontuação no ENEM permitiu. Ou seja, para pouco mais de  $\frac{1}{4}$  do alunado da Universidade Federal Fluminense, a graduação que cursa é a possível, mas não necessariamente a desejada. Cabe

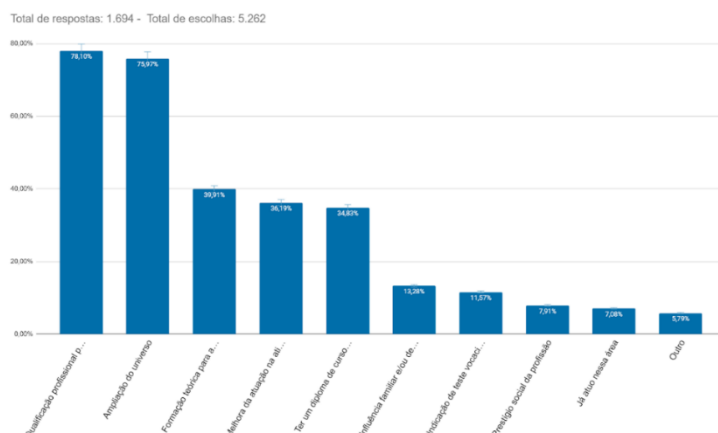
atentar para o peso diminuto da remuneração e da empregabilidade presumidas pela formação universitária: 16,29% e 15,05%, respectivamente. Esses índices parecem coerentes com o gráfico 2, onde “Quem se forma na UFF consegue se empregar com mais facilidade” – resumido no gráfico como “Emprego com mais facilidade” – ficou em quarto lugar, com 20,90%. Para esses(as) estudantes, salário(“ganhar bem”) e emprego (“estabilidade”) não seriam prioritários, ao escolher a graduação?

Gráfico 3: justificativas mais recorrentes para a escolha da graduação



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as)

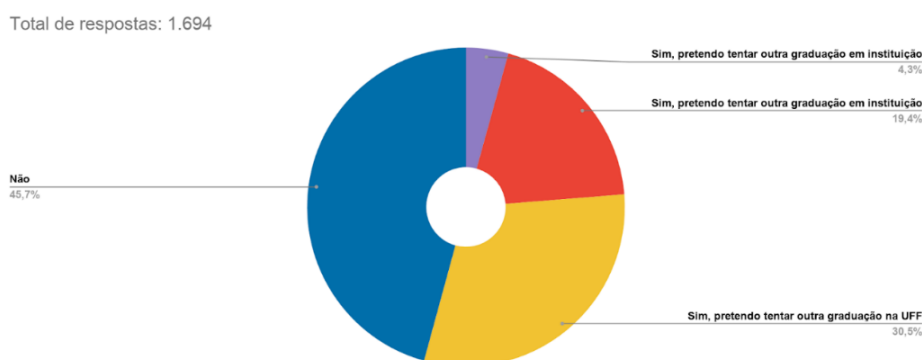
Gráfico 4: Maiores expectativas dos(as) estudantes quanto à graduação



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as)

Parece que encontramos uma tensão, quando perguntamos sobre as expectativas dos(as) estudantes quanto à graduação em lista fechada na qual era possível marcar até três alternativas. Quase empatadas, as duas mais votadas foram “qualificação profissional para o mercado de trabalho” (78,10%) e “ampliação do universo cultural, erudição, conhecimento” (75,97%). Neste último caso, cabe destacar que a universidade continua percebida como lugar de formação cultural, além do preparo técnico ou do aprimoramento profissional. Em terceiro lugar, mas bem distantes dos dois primeiros, 39,91% esperam adquirir arcabouço teórico para a pesquisa, indicando potenciais pós-graduandos(as). Outras duas motivações, bem pragmáticas, têm pontuação próxima e expressiva: melhora da atuação na atividade profissional que o(a) respondente já exerce (36,19%) e ter um diploma de curso superior para prestar concursos públicos (34,83%). Este último índice nos pareceu bastante eloquente, pois quase 35% do estudentado da UFF também almeja a estabilidade laboral que o serviço público ainda pode oferecer – e para a qual um diploma universitário pode ser indispensável. Portanto, as motivações para a escolha da universidade e da carreira não coincidem necessariamente com a realidade que os(as) estudantes encontram no percurso da graduação, durante a qual a demanda pela qualificação profissional divide os esforços com o desejo de expansão da subjetividade. Há, portanto, um divórcio aparentemente amigável entre desejo, expectativa e realidade. “Amigável” porque 54,20% dos(as) estudantes da UFF pretendem cursar outra graduação, sendo 30,50% na mesma universidade. E, do total do contingente entrevistado, apenas 4,30% espera fazê-lo numa instituição privada (e 19,40% numa outra pública):

Gráfico 5: intenção quanto a cursar outra graduação



Fonte: pesquisa dos(as) autores(as)

Que não se subestime, porém, o percentual notável – próximo da metade – de respondentes que, por motivos a investigar, não desejam tentar nova graduação – ou, dito de outro modo, que se contentam com a que cursam: 45,70%. O curso atende as expectativas ou necessidades desses alunos(as)? Ou eles(as) estão decepcionados(as) com a experiência?

### *Conclusões e depois*

Se nos concentrarmos naquilo que mais motivou a opção pela UFF, a escolha do curso e as expectativas quanto à graduação, notaremos que prepondera o pragmatismo. Recordemos, refletindo.

Com índices acima de 80%, as motivações mais recorrentes para a escolha da UFF são a qualidade do ensino que ela oferece e sua “gratuidade” (83,83% e 83%, respectivamente). Ainda que com percentual bem menor, mas expressivo, a terceira motivação mais votada também é bastante pragmática: a acessibilidade do campus (43,57%). Reconhece-se, pois, a excelência da formação – que precisa ser objetivada, pois nossa pesquisa não capta o que os(as) alunos(as) entendem por “qualidade” e “ensino” – oferecida sem cobrança de mensalidade ou anuidade (fator decisivo com o mesmo peso do outro). “É bom e é de graça”, em síntese. A questão que se coloca é, diante das reiteradas reduções dos recursos orçamentários e dos frequentes ensaios de cobrança de mensalidade pelas instituições públicas: como e onde as universidades federais recrutarão seu alunado, quando ou se elas forem forçadas a se autofinanciarem?

O curso escolhido é o que mais se adequa “às aptidões pessoais” do(a) aluno(a): 63,64%. Repare-se que, em nossa enquete, escrevemos “aptidões” e não “preferências” ou “vontades”. Esse motivo mais votado, pois, talvez não corresponda necessariamente ao que o(a) graduando(a) deseja – o que merece ser investigado em outra edição da enquete. Mas aqui parece assomar novamente a sombra do pragmatismo: o curso escolhido é o que melhor se conforma às capacidades individuais – e não o contrário, justo quando as mudanças previstas por Jamil Salmi demandariam “formar os jovens para serem flexíveis, adquirindo a capacidade de se adaptar facilmente a um mundo em rápida mudança” (SALMI, 2014, p. 53).



Por fim, “Qualificação profissional para o mercado de trabalho” (78,10%) como expectativa quanto à graduação aponta preferencialmente para o aspecto utilitário da formação acadêmica, embora, na projeção de Jamil Salmi, a acelerada inovação do mundo contemporâneo desafie “as universidades que funcionam como no passado, pois, em muitas disciplinas, o que os alunos aprendem no primeiro ano poderá estar obsoleto quando se formarem” (SALMI, 2014, p. 53). Resta, entre as duas expectativas mais votadas, a “ampliação do universo cultural, erudição, conhecimento” (75,97%), a menos pragmática ou utilitária de todas as elencadas porque traduz um valor: a expansão da subjetividade, o saber por ele mesmo. Acreditamos que é exata e paradoxalmente onde a universidade pública brasileira mais falha, mesmo quando se verga aos imperativos do capital.

Se a criatividade e a invenção se tornaram insumos ou preciosas *comodities*,<sup>5</sup> como estimulá-las num ambiente intelectual e subjetivamente embotado, burocratizado, anódino, rotineiro, avesso ao conflito e refratário ao dissenso? Seja em que cenário for, a sobrevivência da universidade passa necessariamente por sua reinvenção – que não há de ser autóctone, já que ela não paira sobre a sociedade que a engendra. A universidade que desejamos, entretanto, não é essa servil do capitalismo agora em sua versão neoliberal, mas radicalmente outra. E repensar radicalmente a universidade, numa perspectiva social e politicamente transformadora, implica, ao nosso juízo, em 1) rever o sistema de ingresso, permitindo que o(a) ingressante escolha a área ou, quando muito, a unidade onde pretende estudar, facultando-lhe a escolha da graduação depois de um período de imersão na vida acadêmica em que possa amadurecer sua decisão; 2) reduzir o número de disciplinas obrigatórias e flexibilizar os currículos, de tal modo que o(a) aluno(a) não só seja estimulado(a), mas premiado(a) por cursar disciplinas além de seu departamento e de sua unidade, reconquistando a experiência da universalidade do conhecimento; 3)

---

<sup>5</sup>“Tanto na internet como fora dela, uma característica da sociedade globalizada do século XXI é que a capacidade de criação costuma ser capturada pelos tentáculos do mercado, que atacam como nunca essas forças vitais e, ao mesmo tempo, não cessam de transformá-las em mercadorias. Assim, em certo sentido, a sua potência de invenção é desativada, pois a criatividade tem se convertido no combustível de luxo do capitalismo contemporâneo: seu ‘protoplasma’, como diria a psicanalista brasileira Suely Rolnik.” (SIBILIA, 2016, p. 17).

diversificar e multiplicar os horários das aulas presenciais, de tal modo que a universidade deixe de concorrer com o sustento do(a) aluno(a) que trabalha;4) multiplicar bolsas, com valores que concorram com o mercado de trabalho, para que o(a) aluno(a) permaneça o máximo de tempo possível dentro da universidade e desempenhe atividades subjetiva e intelectualmente estimulantes;5) multiplicar os meios e canais de aprendizagem, descentralizando o ensino da sala de aula: não se aprende apenas nela, cabendo considerar experiências estéticas e intelectuais as mais variadas também como aulas;6) reinventar a aula, abandonando a secular e ainda hoje vigorosa ideia de que nela unilateralmente se "transmite" conhecimento e encarando-a como espaço de provocação (no sentido radical do termo, *pro + vox*, favorecer, propiciar a voz) e de experiência estético-afetiva;7) reinventar o sistema de avaliação, revogando seu caráter punitivo, fragmentado, parcial, individual e de memorização e instaurando-o como compartilhamento criativo de aprendizados coletivos e intelectualmente estimulantes, inclusive demitindo o(a) docente do papel de juiz ao criar colegiados de professores(as) avaliadores(as) não de conteúdos memorizados, mas de competências, conhecimentos e habilidades adquiridos;8) instaurar sistemática, efetiva e organizadamente a trans e a interdisciplinaridade, de tal modo que o(a) aluno(a) e o(a) docente sejam capazes de perceber o lugar da parte no todo -- e vice-versa;9) neutralizar a hiperespecialização individualista dos(as) professores(as), promovendo a erudição, a integração e o diálogo dos diversos saberes por meio de mecanismos criativos e intelectualmente estimulantes (e não através de órgãos burocratizados e de policiamento corporativo);10) valorizar mais a qualidade do que a quantidade no que diz respeito às atividades e à produção discentes e docentes.

Seja como for, e dado o contexto de catatonia que bloqueia o horizonte da invenção política, o fato é que a universidade pública resta incapaz de infundir o espírito republicano e tornar seus segmentos efetivamente conscientes – e não apenas retoricamente militantes – do investimento social mobilizado para que estejam onde estão. Nesse sentido, somos levados a crer que os/as estudantes, ressalvadas as exceções que corroboram a regra, se veem mais como consumidores(as) – sobretudo de serviços, técnicas e informações – do que como alunos(as) de uma instituição

pública de ensino, com todas as implicações que cada uma dessas palavras (“instituição”, “pública” e “ensino”) significam. E não por uma questão moral – ou moralista, já que neste aspecto os discursos costumam ser até mais rasteiros. É porque, na sociedade neoliberal, não há cidadãos, mas indivíduos.

### *Referências*

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BELTRÃO, K. I.; TEXEIRA, M. “Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias.” In. SOARES, et al (org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005, p. 51–201.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo:saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2012, v. 15, n. 1, p. 81-100.

CHAUI, Marilena. Cultura popular e autoritarismo. In: \_\_\_\_\_. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 257-286.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1997.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. Trad. Celina Olga de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

SAFATLE, Vladimir; SILVA Jr., Nelson e DUNKER, Christian (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SALMI, Jamal. Novos desafios para o ensino superior no século XXI. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 47-66.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

---

<sup>i</sup> Joaci Pereira Furtado é professor do Departamento de Ciência da Informação da UFF [joacifurtado@id.uff.br]. Rosane Barbosa Marendino é professora do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da UFF [rmarendino@id.uff.br]. Luiz Cláudio Barros Raposo é graduando em estatística pela UFF. Jhonathan Soares dos Santos Souza é graduando em biblioteconomia e graduando em filosofia pela UFF [jhonathansoares@id.uff.br].